

# **Comfrio Soluções Logísticas S.A.**

Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016  
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Comfrio Soluções Logísticas S.A.  
Bebedouro – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Comfrio Soluções Logísticas S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Comfrio Soluções Logísticas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas - "PME" - (NBC TG 1000).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Pequenas e Médias Empresas - "PME" - (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

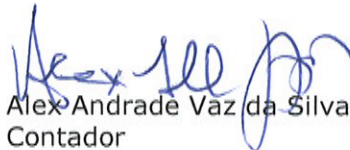
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 9 de março de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alex Andrade Vaz da Silva  
Contador  
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.657	17.318	Fornecedores		15.546	9.769
Contas a receber de clientes	4	29.548	20.569	Empréstimos e financiamentos	10	32.004	27.497
Partes relacionadas	5	1.185	1.566	Debêntures	11	-	36.927
Bens destinados à venda	6	-	37.237	Impostos e contribuições sociais a recolher		5.538	4.074
Tributos a recuperar	7	2.557	2.300	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	9.117	10.391
Outros ativos		4.540	4.481	Impostos parcelados	13	2.429	231
		<u>53.487</u>	<u>83.471</u>	Partes relacionadas	5	2.082	5
				Outras contas a pagar		<u>3</u>	<u>1.710</u>
						<u>66.719</u>	<u>90.604</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a recuperar	7	394	-	Empréstimos e financiamentos	10	42.177	24.483
Partes relacionadas	5	43.198	33.231	Impostos parcelados	13	3.962	801
Depósitos judiciais		1.248	1.176	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	14	529	915
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.809	4.818			<u>46.668</u>	<u>26.199</u>
Imobilizado	8	50.887	36.595				
Intangível	9	9.854	5.483	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<u>108.390</u>	<u>81.303</u>	Capital social	16.a	43.993	58.681
				Ações em tesouraria	16.b	(2.737)	(2.737)
				Ajuste de avaliação patrimonial	16.c	2.959	3.391
				Adiantamento para futuro aumento de capital	16.f	11.521	5.000
				Prejuízos acumulados		<u>(7.246)</u>	<u>(16.364)</u>
						<u>48.490</u>	<u>47.971</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>161.877</u></u>	<u><u>164.774</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>161.877</u></u>	<u><u>164.774</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(Em milhares de reais - R\$, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ação )

	Nota explicativa	2016	2015
Receita operacional líquida	17	140.420	109.766
Custos dos serviços prestados	18	(128.344)	(94.385)
LUCRO BRUTO		<u>12.076</u>	<u>15.381</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	18	(2.657)	(1.636)
Despesas administrativas e gerais	18	(7.369)	(11.663)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	12.909	7.464
		<u>2.883</u>	<u>(5.835)</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>14.959</u>	<u>9.546</u>
Receitas financeiras	19	3.175	3.063
Despesas financeiras	19	(20.358)	(19.300)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(17.183)</u>	<u>(16.237)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(2.224)</u>	<u>(6.691)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(2.009)	791
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(4.233)</u>	<u>(5.900)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação do capital social em R\$	20	<u>(0,19)</u>	<u>(0,33)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(Em milhares de reais - R\$ )

---

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.233)	(5.900)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(4.233)</u>	<u>(5.900)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital social	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		50.381	(1.730)	3.823	(10.896)	8.300	49.878
Aquisição de ações mantidas em tesouraria	16.b	-	(1.007)	-	-	-	(1.007)
Aumento do capital com adiantamento	16.a	8.300	-	-	-	(8.300)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.f	-	-	-	-	5.000	5.000
Realização do custo atribuído	16.c	-	-	(432)	432	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.900)	-	(5.900)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		58.681	(2.737)	3.391	(16.364)	5.000	47.971
Aumento do capital com adiantamento	16.a	5.000	-	-	-	(5.000)	-
Aumento de capital em espécie	16.a	9.521	-	-	-	-	9.521
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados	16.a	(17.688)	-	-	17.688	-	-
Redução de capital com a restituição aos acionistas	16.a	(11.521)	-	-	-	-	(11.521)
Distribuição de dividendos com lucros intermediários	16.e	-	-	-	(4.769)	-	(4.769)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.f	-	-	-	-	11.521	11.521
Realização do custo atribuído	16.c	-	-	(432)	432	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.233)	-	(4.233)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		43.993	(2.737)	2.959	(7.246)	11.521	48.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS  
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(4.233)	(5.900)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	761	514
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.009	(791)
Depreciação e amortização	8 e 9	10.837	8.433
Valor residual de ativos imobilizados baixados	8	39.011	13.482
Juros e variações monetárias sobre passivos, líquidos de ativos	10	10.726	13.353
Juros pagos para partes relacionadas	5	(2.590)	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	14	(386)	(529)
		<u>56.135</u>	<u>28.562</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	4	(9.740)	(5.525)
Partes relacionadas	5	(2.692)	(13.526)
Adiantamentos a fornecedores		-	383
Tributos a recuperar	7	(651)	343
Outros ativos		(59)	(3.496)
Depósitos judiciais		(72)	237
Fornecedores		5.777	4.307
Impostos e contribuições sociais a recolher		6.823	3.344
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	(1.274)	5.371
Outras contas a pagar		(1.707)	107
		<u>52.540</u>	<u>20.107</u>
Juros pagos	10	(1.495)	(7.877)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<u>51.045</u>	<u>12.230</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisições de ativo imobilizado	8	(25.376)	(22.396)
Aquisições de ativo intangível	9	(5.898)	(3.691)
Aplicações financeiras		-	2.522
Aquisição de ações mantidas em tesouraria	16.b	-	(1.007)
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimentos		<u>(31.274)</u>	<u>(24.572)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Captação de financiamentos bancários	10	53.432	61.503
Pagamentos de financiamentos bancários	10	(39.494)	(38.204)
Pagamentos de debêntures	11	(37.895)	(12.245)
Partes relacionadas	5	(6.996)	-
Integralização de capital social	16.a	9.521	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.f	-	5.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(21.432)</u>	<u>16.054</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(1.661)</u>	<u>3.712</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	3	<u>17.318</u>	<u>13.606</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	3	<u>15.657</u>	<u>17.318</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Comfrio Soluções Logísticas S.A. ("Sociedade"), com sede na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como principais objetivos armazenagens frigorificadas e secas, logística e transporte. A Sociedade opera em treze armazéns, sendo dois localizados na cidade de Bebedouro - SP, um em Monte Azul Paulista - SP, um em Limeira - SP, um em Jarinu - SP, um em Uberlândia - MG, um em São José dos Pinhais - PR, um em Cuiabá - MT, um em Santa Helena de Goiás - GO, dois em Londrina - PR, um em Bauru - SP e um em São José dos Campos - SP.

A Sociedade encontra-se em fase de ajustes operacionais e de sua estrutura financeira para retomar sua lucratividade em 2017, revertendo, ao longo dos próximos dois anos, a situação de prejuízo e capital circulante líquido negativo apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 nos montantes de R\$4.233 mil (R\$5.900 mil em 2015) e R\$13.232 mil (R\$7.133 mil em 2015), respectivamente. Vide ações efetuadas nas notas explicativas nº. 4, 6, 8 e 11, referentes a reestruturação operacional da Sociedade, mudança de perfil dos contratos com os principais clientes, venda de ativos e redução do custo de captação de recursos junto a terceiros.

Dentre as principais ações adotadas pela Administração com o objetivo de melhorar o resultado da Sociedade estão:

- Revisão da estrutura organizacional e de custos.
- Migração para o mercado livre de energia elétrica.
- Revisão da malha logística e formatação de novos contratos com transportadoras; e
- Novos contratos com clientes e com prazos mais longos.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o pronunciamento técnico aplicável a Pequenas e Médias Empresas - PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

##### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir:

###### a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo. Os custos da transação, diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado), são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

c) Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros da Sociedade estão contabilizados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva dos juros. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a ativos financeiros que requerem sua entrega dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Sociedade possui, somente, instrumentos financeiros básicos conforme definido no CPC PME.

d) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e) Bens destinados à venda

A Sociedade classifica um ativo destinado para venda se o valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros para a sua venda. A Sociedade classifica o ativo destinado à venda no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua melhor estimativa com relação à efetivação da venda.

O grupo de bens destinados à venda é mensurado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para perda do valor recuperável ("impairment") será reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos bens destinados à venda cessa quando um grupo de ativos é designado para venda.

f) Imobilizado

Apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Os saldos do imobilizado incluem o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando parte significativa do ativo imobilizado é substituída, a Sociedade reconhece sua reposição como um novo item do ativo, com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, quando uma reforma relevante é feita, seu custo é adicionado ao valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A Sociedade utilizou a faculdade prevista no pronunciamento técnico aplicável às PME e utilizou a reavaliação efetuada em 2005, como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição (vide nota explicativa nº 8).

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil dos bens por taxas que levam em consideração sua vida útil estimada.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros, sempre que os termos do contrato de arrendamento, transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os contratos de arrendamento financeiro são registrados no imobilizado à contrapartida de financiamentos para aquisição de ativo fixo, pelo montante igual ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com o montante recuperável de um ativo individualmente, e a Sociedade calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também serão alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa, podendo uma base de alocação razoável e consistente ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou uma unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, este (ou a unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração identificou como menor unidade geradora de caixa ser avaliada, o negócio decorrente do conjunto de operações relacionadas a exploração dos ramos de armazenagem de produtos, operador logístico com locação de mão de obra, transporte de cargas, projetos e consultoria em logística, realizados em sinergia e parceria com as demais empresas relacionadas do grupo econômico JFLOG. Neste cenário, a Sociedade elaborou o teste de recuperação dos ativos e não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% quando o lucro tributável excede R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável.

Sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, são registrados créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

k) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços, bem como os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.

l) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Mensurados utilizando o método da taxa de juros efetivos líquidos dos custos de transação incorridos.

Quando existentes, os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflita as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos dos passivos e às expectativas do ativo em suas datas originais.

n) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Especificamente, as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários estão registradas de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

o) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando (i) já houve a execução do serviço contratado; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Sociedade; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade.

p) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

## q) Uso de julgamentos e estimativas

Quando da elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, a Administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras serão revisadas continuamente. Os efeitos das revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e os resultados efetivos podem diferir das estimativas.

## q.1) Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Sociedade efetua estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos e passivos, despesas e receitas.

Os itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos ativos, a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários e a constituição de imposto de renda diferido.

## q.2) Julgamentos

A Administração da Sociedade utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações dos CPC vigentes não tratem especificamente dos respectivos assuntos contábeis.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	10	12
Bancos conta movimento	5.219	4.150
Aplicações financeiras	<u>10.428</u>	<u>13.156</u>
	<u>15.657</u>	<u>17.318</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remuneradas pela taxa média de 100% do CDI em 2016 e 2015.

## 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Clientes nacionais - serviços de:		
Armazenagem	25.337	18.684
Transporte	3.434	1.162
Locação e sublocação	2.363	1.548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.586)</u>	<u>(825)</u>
	<u>29.548</u>	<u>20.569</u>

Em 31 de dezembro, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta conforme a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer:	27.748	15.983
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	378	941
De 31 a 60 dias	85	99
De 61 a 90 dias	122	340
De 91 a 180 dias	240	677
Há mais de 180 dias	<u>2.561</u>	<u>3.354</u>
	<u>3.386</u>	<u>5.411</u>
	<u><u>31.134</u></u>	<u><u>21.394</u></u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	825	311
Complemento de provisão no exercício	1.019	514
Reversão de provisão no exercício	<u>(258)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>1.586</u>	<u>825</u>

A Sociedade possui contratos de longo prazo para prestação de serviços com clientes selecionados, que são objeto de garantia de operações financeiras junto aos bancos.

Em linha com a reestruturação operacional da Sociedade e mudança de perfil dos contratos de prestação de serviços da modalidade "spot" para contratos de longo prazo e aliado ao fortalecimento do relacionamento comercial com os principais clientes, a Sociedade possui 14 contratos estruturados e assinados de prestação de serviço e/ou locação de espaço com cláusulas denominadas "take or pay". Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio desses contratos tem vencimento em 3,6 anos. Os valores nominais, nessa mesma data base, garantidos em contrato totalizam R\$182.843 conforme apresentado a seguir:

<u>Armazém</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>Valor Nominal (i)</u>
São José dos Pinhais	Setembro/2023	37.969
Bauru	Setembro/2021	32.348
São José dos Campos	Junho/2019	26.534
Jarinu	Março/2018	25.212
Jarinu	Abril/2020	18.630
Bebedouro I	Dezembro/2018	16.073
Londrina	Março/2019	9.504
Outras localidades	Julho/2017 a Agosto/2019	<u>16.573</u>
		<u>182.843</u>

(i) Valor do "take or pay" mensal vigente acumulado até o vencimento do contrato.



## 5. PARTES RELACIONADAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Ativo circulante</u>		
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (a) e (b)	1.150	1.288
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (d)	35	102
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (a)	-	17
JFLOG Participações S.A. (a)	-	159
	<u>1.185</u>	<u>1.566</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
JFLOG Participações S.A. (c)	9.651	10.481
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (c)	1.075	3.056
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (c)	15.493	1.899
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	16.979	17.795
	<u>43.198</u>	<u>33.231</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Dividendos a pagar – ações preferenciais (e)	2.082	5
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>		
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (a) e (d)	8.206	6.971
JFLOG Participações S.A. (a)	-	38
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (a)	23	39
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (b) e (c)	(1.440)	(1.308)
<u>Resultado financeiro</u>		
JFLOG Participações S.A. (c)	1.478	93
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (c)	69	765
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (c)	1.043	449
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (c)	-	73

- (a) Corresponde a despesas de responsabilidade da parte relacionada, pagas pela Sociedade em função da administração das disponibilidades das empresas relacionadas. A correspondente despesa foi registrada no resultado do exercício da parte relacionada.
- (b) A Sociedade assinou contrato de locação de um imóvel, localizado na cidade de São José dos Pinhais-PR, de propriedade da JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. O contrato de locação é de 240 meses e iniciou-se em outubro de 2012, com carência de 60 dias para o primeiro pagamento de aluguel. Em 21 de julho de 2014, foi assinado o 4º Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Para Fins não Residenciais e Outras Avenças no qual foi renegociada entre as partes a alteração do valor mensal de aluguel para R\$100. A Sociedade realizou adiantamentos no valor total de R\$25.614, os quais estão sendo amortizados pelo custo com aluguel incorrido.
- (c) Refere-se a contratos de mútuo com remuneração de 2% ao ano mais variação de 100% do CDI, sem prazo de vencimento definido. Os rendimentos financeiros foram registrados no resultado financeiro.

- (d) Correspondem aos valores a receber pela locação de espaço do armazém e serviços de transporte prestados, cuja receita foi registrada no resultado do exercício.
- (e) Refere-se ao saldo de dividendos a pagar às ações preferenciais, constituído como base no lucro intermediário apurado até 30 de abril de 2016.

#### Remuneração da Administração

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa em 2016 foi de R\$382 (R\$220 em 2015). A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

#### 6. BENS DESTINADOS A VENDA

Os ativos referentes ao armazém localizado na cidade de Jarinu, Estado de São Paulo, cujo valor residual em 31 de dezembro de 2015 era de R\$37.237, foram apresentados como destinados à venda, no ativo circulante, devido ao avançado estágio de discussão das negociações com terceiros. Em 31 de dezembro de 2015, não houve necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* desses ativos. Em 6 de maio de 2016 o imóvel foi vendido por R\$45.750, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

#### 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	541
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	91
Antecipações de imposto de renda e da contribuição social	383	194
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	1.984	1.256
Outros	584	218
	<u>2.951</u>	<u>2.300</u>
Circulante	2.557	2.300
Não circulante	394	-
Total	<u>2.951</u>	<u>2.300</u>

- (i) Referem-se a créditos extemporâneos sobre o ativo imobilizado apurados pela Sociedade em 2014 e 2016.

## 8. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Adiantamentos a fornecedores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Benfeitorias em imóveis próprios	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2015												
Custo total	1.305	7.521	5.969	24.541	2.184	493	5.186	-	9.658	858	-	57.715
Depreciação acumulada	-	(739)	(1.670)	(13.466)	(569)	(116)	(1.658)	-	(2.897)	(5)	-	(21.120)
Valor residual	1.305	6.782	4.299	11.075	1.615	377	3.528	-	6.761	853	-	36.595
Em 31 de dezembro de 2016												
Custo total	671	7.191	13.093	26.516	2.457	1.187	8.089	-	20.949	384	-	80.537
Depreciação acumulada	-	(1.410)	(3.133)	(14.975)	(750)	(222)	(2.676)	-	(6.464)	(20)	-	(29.650)
Valor residual	671	5.781	9.960	11.541	1.707	965	5.413	-	14.485	364	-	50.887
<b>Movimentação</b>												
Em 31 de dezembro de 2014	8.964	33.541	-	16.921	2.063	413	1.651	2.179	6.724	-	7	72.463
Aquisições	-	429	771	1.399	424	78	2.293	(2.179)	6.012	858	12.311	22.396
Depreciação	-	(1.762)	(183)	(2.541)	(229)	(69)	(541)	-	(2.215)	(5)	-	(7.545)
Baixas do custo por alienação	(1.294)	(11.111)	-	(4.521)	(959)	(106)	(48)	-	(33)	-	-	(18.072)
Baixas da depreciação por alienação	-	1.966	-	2.420	360	32	47	-	24	-	(259)	4.590
Transferências	-	12.305	4.659	(2.603)	(44)	29	126	-	(2.413)	-	(12.059)	-
Transferências bens destinados à venda, líquido	(6.365)	(28.586)	(948)	-	-	-	-	-	(1.338)	-	-	(37.237)
Em 31 de dezembro de 2015	1.305	6.782	4.299	11.075	1.615	377	3.528	-	6.761	853	-	36.595
Aquisições	-	873	5.838	3.181	313	727	3.273	-	10.455	716	-	25.376
Depreciação	-	(1.002)	(1.115)	(2.016)	(183)	(122)	(1.083)	-	(2.566)	(1.223)	-	(9.310)
Baixas do custo por alienação	(634)	(1.203)	1.286	(1.206)	(39)	(33)	(370)	-	2.339	(2.694)	-	(2.554)
Baixas da depreciação por alienação	-	331	(348)	507	2	16	65	-	(1.001)	1.208	-	780
Transferências	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1.503)	1.504	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	671	5.781	9.960	11.541	1.707	965	5.413	-	14.485	364	-	50.887
Taxas anuais de depreciação - %	-	4	5	13	8	14	14	-	15	-	-	

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo imobilizado inclui o montante de R\$4.482 (R\$5.137 em 2015), correspondente à mais-valia proveniente de reavaliação espontânea registrada em 2005, deduzida das subseqüentes depreciações e baixa de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$655 (R\$655 em 2015). A reserva de reavaliação constituída em conta específica do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos fiscais aplicáveis, é realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referidas reavaliações, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$1.523 (R\$1.746 em 2015), conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

O imóvel localizado em Bebedouro (II) – SP está alienado fiduciariamente como garantia das operações financeiras da Sociedade e de suas coligadas junto aos bancos.

Anualmente, a Sociedade analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2016 houve revisão das referidas taxas de depreciação.

A Sociedade monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Sociedade não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

#### Alienação de ativos

Em linha com os planos de ajustes operacionais e da sua estrutura financeira para retomada da sua lucratividade, mencionados na nota explicativa nº 1, no decorrer de 2016 e de 2015 a Sociedade, objetivando o alongamento de suas dívidas, optou por promover a venda de dois imóveis operacionais de sua propriedade, localizados no Estado de São Paulo.

O imóvel localizado em Bebedouro (I) - SP foi vendido em 23 de setembro de 2015 por R\$18.367 e, ato contínuo, foi firmado contrato de locação com o comprador, com o objetivo de a Sociedade fazer uso do imóvel pelo período de 120 meses (10 anos), assumindo o compromisso de pagar o valor mensal de R\$183 a partir de setembro de 2015. Não há opção de recompra do imóvel por parte da Sociedade.

O imóvel localizado em Jarinu - SP foi vendido em 6 de maio de 2016 por R\$45.750 e, ato contínuo, foi firmado contrato de locação com o comprador, com o objetivo de a Sociedade fazer uso do imóvel pelo período de 120 meses (10 anos), assumindo o compromisso de pagar o valor mensal de R\$470 a partir de abril de 2016 com carência de 90 dias para o primeiro pagamento de aluguel. Também não há opção de recompra do imóvel por parte da Sociedade.

#### Aquisição

As aquisições ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 referem-se substancialmente aos gastos com adequações realizadas em imóveis de terceiros e instalações próprias, visando a ampliação da sua base de operações para o atendimento de um maior volume de clientes. Ademais, foram necessárias também as aquisições de equipamentos de movimentação e equipamentos de informática.

#### Arrendamento mercantil

A Sociedade possui alguns ativos, como conjuntos de racks, porta pallets, empilhadeiras e centrífugas, com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo líquido de depreciação desses ativos é de R\$312 (R\$1.077 em 2015) e está registrado nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Equipamentos de Informática".

## 9. INTANGÍVEL

	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2014	4.595	(1.915)	2.680
Aquisições	3.691	-	3.691
Amortização	-	(888)	(888)
Em 31 de dezembro de 2015	8.286	(2.803)	5.483
Aquisições	5.898	-	5.898
Amortização	-	(1.527)	(1.527)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>14.184</u>	<u>(4.330)</u>	<u>9.854</u>
Taxa anual de amortização	-	20%	-

As aquisições durante o ano de 2016 e de 2015 correspondem, substancialmente, a investimento em desenvolvimento de software, projeto de aquisição do ERP e projeto de sistema de gestão de armazenagem.

Anualmente, a Sociedade analisa as taxas de amortização dos itens do ativo intangível. Em 2016 houve revisão das referidas taxas de depreciação.

A Sociedade monitora o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Sociedade não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa Média de Juros</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Arrendamentos	20,27% a.a.	Julho/2020	480	107
Consórcios	12,82% a.a.	Setembro/2018	491	-
Finame e BNDES	6,76% a.a.	Outubro/2024	2.551	5.496
Capital de Giro	18,54% (CDI + 5,54%) a.a.	Setembro/2020	66.567	45.770
Conta Garantida	-	-	4.092	607
			<u>74.181</u>	<u>51.980</u>
Circulante			32.004	27.497
Não circulante			<u>42.177</u>	<u>24.483</u>
			<u>74.181</u>	<u>51.980</u>

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2016</u>
2018	22.830
2019	14.520
2020 em diante	4.827
	<u>42.177</u>

Os contratos de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foram liberados por agentes financeiros credenciados para aquisição de máquinas e equipamentos industriais, e veículos, garantidos por alienação fiduciária dos veículos e do equipamento. O valor residual dos bens alienados fiduciariamente em 2016, apresentado na nota explicativa nº 8, é de R\$312 (R\$1.077 em 2015).

Após 31 de dezembro de 2016, o BACEN - Banco Central do Brasil efetuou duas reduções na taxa básica de juros - Selic. A primeira redução de 13,75% a.a. para 13,00% a.a. ocorreu no dia 11 de janeiro de 2017 e a segunda redução de 13,00% a.a. para 12,25% a.a. ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2017. Essas duas medidas da política monetária do país, representam um impacto positivo significativo no resultado financeiro da Sociedade, visto que grande parte do endividamento está vinculada a taxa Selic. Sem considerar novas e possíveis reduções, os contratos vigentes já sofreram uma redução de R\$1.129 até seus respectivos vencimentos, o que por si só representa uma melhora considerável no resultado da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade não contêm cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da mesma.

## 11. DEBÊNTURES

Em 20 de janeiro de 2014, a Sociedade efetuou a 1ª emissão de 5.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias reais adicionais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das debêntures era de R\$10 (dez mil reais), totalizando R\$50.000. Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade estava em conformidade, e/ou obteve *waiver* dos credores, com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

Em 7 de abril de 2016 houve a liquidação antecipada das debêntures em virtude da venda do imóvel localizado em Jarinu - SP, reconhecido em 31 de dezembro de 2015 em Bens Destinados à Venda (vide notas explicativas nº 6 e 8).

## 12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para férias e encargos sociais	4.068	3.162
Ordenados e salários a pagar	1.145	819
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (i)	3.221	5.763
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	283	402
Outros	400	245
	<u>9.117</u>	<u>10.391</u>

(i) O saldo de INSS a recolher está sendo liquidado por meio de parcelamento homologado no início de 2016.

## 13. IMPOSTOS PARCELADOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PIS	2.360	184
COFINS	509	848
INSS	3.289	-
ICMS	233	-
	<u>6.391</u>	<u>1.032</u>
Circulante	2.429	231
Não circulante	3.962	801
	<u>6.391</u>	<u>1.032</u>

Em 2016 e 2015, a Sociedade aderiu ao programa de parcelamento dos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e dos débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O débito do parcelamento do PIS será pago em 60 parcelas mensais de aproximadamente R\$10, da COFINS em 60 parcelas mensais de aproximadamente R\$4, do INSS em 60 parcelas mensais de aproximadamente R\$47 e do ICMS em 36 e 24 parcelas mensais de aproximadamente R\$3 e R\$5, respectivamente, todos atualizados pela variação da Taxa Selic.

Não há garantia para estes parcelamentos.

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2016</u>
2018	828
2019	768
2020 em diante	<u>2.366</u>
	<u>3.962</u>

#### 14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Sociedade é polo passivo em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

A Administração da Sociedade, com base em informações de seus assessores jurídicos, da análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência no desfecho de julgamento anterior, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

A movimentação da provisão constituída atrelada a esses processos está apresentada a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.207	237	1.444
Adições	239	-	239
Utilização	<u>(768)</u>	-	<u>(768)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	678	237	915
Adições	31	-	31
Utilização	<u>(417)</u>	-	<u>(417)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>292</u>	<u>237</u>	<u>529</u>

A provisão para riscos trabalhistas consiste, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego. A provisão para riscos cíveis refere-se substancialmente a ações objetivando o recebimento de valores de produtos vendidos, bem como indenizações pelos danos morais.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível no montante de R\$1.998 (R\$2.498 em 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante possui vinculação com os processos acima mencionados.

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os valores de compensação em 31 de dezembro são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito de imposto sobre:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.432	8.026
Provisão para riscos trabalhistas e tributários	180	311
Provisão para devedores duvidosos	280	193
Provisão para outras contas a pagar	780	938
Outros	<u>1.554</u>	<u>570</u>
	13.226	10.038
Débito de imposto sobre:		
Provisão para receita não faturada	(4.765)	(2.268)
Reserva de reavaliação - custo atribuído	(1.523)	(1.746)
Outros	<u>(517)</u>	<u>-</u>
	(6.805)	(4.014)
Provisão para não realização dos créditos tributários	<u>(3.612)</u>	<u>(1.206)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u><u>2.809</u></u>	<u><u>4.818</u></u>

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Frente a apuração recorrente de prejuízo social e base de constituição negativa, a Administração constituiu provisão para perda sobre o respectivo valor destes créditos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

## (b) Conciliação da despesa do resultado de renda e contribuição social

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.224)	(6.691)
Alíquota combinada	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social	<u>756</u>	<u>2.277</u>
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Créditos tributários não constituídos	(2.406)	(1.206)
Adições permanentes (doações e despesas indedutíveis)	<u>(359)</u>	<u>(278)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>(2.009)</u></u>	<u><u>791</u></u>



## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social é de, respectivamente, R\$43.993 e R\$58.681 e está representado por ações assim demonstradas:

Acionista	2016					
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
JFLOG Participações S.A.	21.608.015	99,9	2.182.820	94,0	23.790.835	99,4
Outros acionistas	3	0,1	140.479	6,0	140.482	0,6
	<u>21.608.018</u>	<u>100,0</u>	<u>2.323.299</u>	<u>100,0</u>	<u>23.931.317</u>	<u>100,0</u>

Acionista	2015					
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
JFLOG Participações S.A.	16.069.896	99,9	1.600.507	68,9	17.670.403	96,0
Outros acionistas	10.531	0,1	722.792	31,1	733.323	4,0
	<u>16.080.427</u>	<u>100,0</u>	<u>2.323.299</u>	<u>100,0</u>	<u>18.403.726</u>	<u>100,0</u>

Em 16 de fevereiro de 2016, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade, mediante a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$5.000, passando de R\$58.681 para R\$63.681, com a emissão de 1.879.699 novas ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$2,66, integralmente subscrito e integralizado pela acionista JFLOG Participações S.A.

Em 16 de maio de 2016, através de Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade, em espécie, no valor de R\$9.521, passando de R\$63.681 para R\$73.202, com a emissão de 3.647.892 novas ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$2,61, integralmente subscrito e integralizado pela acionista JFLOG Participações S/A.

Em 25 de outubro de 2016, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada redução de capital social da Sociedade no valor de R\$17.688, passando de R\$73.202 para R\$55.514, sem alteração do número de ações de emissão da Sociedade, para a absorção dos prejuízos acumulados até o mês de março de 2016.

Em 12 de dezembro de 2016, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada redução de capital social da Sociedade no valor de R\$11.521, passando de R\$55.514 para R\$43.993, por julgá-lo excessivo à consecução dos objetivos sociais, com a restituição aos acionistas da Sociedade e sem alteração do número de ações de emissão da Sociedade.

Em 19 de março de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no valor de R\$8.300, através da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") registrado anteriormente, passando dos atuais R\$50.381 para R\$58.681, mediante a emissão de 2.920.849 novas ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão no valor aproximado de R\$2,84, integralmente subscrito e integralizado pela acionista JFLOG Participações S/A.

(b) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 10 de julho de 2014, o Conselho de Administração aprovou programa de recompra de ações preferenciais e ordinárias de emissão da própria Sociedade, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social. Dessa forma, no decorrer do exercício de 2014 a Sociedade adquiriu ações de 23 acionistas, pelo valor de R\$1.730, correspondentes a 572.786 ações preferenciais e 10.528 ações ordinárias, as quais foram mantidas em tesouraria.

Durante 2015, a Sociedade adquiriu ações de três acionistas, pelo valor de R\$1.007, correspondentes a 213.032 ações preferenciais e 186.119 ações ordinárias, as quais foram mantidas em tesouraria.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à reserva de reavaliação registrada em 2005 e considerada como custo atribuído dos ativos imobilizados da Sociedade em decorrência da adoção inicial do pronunciamento aplicável às Pequenas e Médias Empresas - CPC PME.

(d) Reserva para retenção de lucros

Corresponde aos lucros remanescentes após destinação para reserva legal, reserva estatutária e proposta de distribuição de dividendos, visando, principalmente, atender seus projetos de investimentos.

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros é deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de acionistas. Em função do prejuízo acumulado a Sociedade não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

(e) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Sociedade, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76, sendo facultada a deliberação em Assembleia Geral Ordinária de percentagem diversa ou mesmo a retenção de todo o lucro líquido do exercício.

Em 27 de outubro de 2016, em reunião realizada pelo Conselho de Administração da controladora JFLOG Participações S.A., foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R\$4.769, com base no lucro intermediário apurado até 30 de abril de 2016, nos termos do artigo 38 do Estatuto Social da Sociedade. Frente ao prejuízo apurado ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a distribuição dos dividendos será liquidada através da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, o qual será destinado à criação de reserva especial de capital, que será constituída para esta finalidade, no primeiro trimestre de 2017.

(f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 22 de outubro de 2015, a acionista JFLOG Participações S.A. adiantou recursos para futuro aumento de capital no montante de R\$5.000, capitalizados em 16 de fevereiro de 2016, conforme mencionado no item (a) desta nota explicativa. Em 13 de dezembro de 2016, a acionista JFLOG Participações S.A. concedeu novo adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$11.521, a ser capitalizado no primeiro trimestre de 2017.

## 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta		
Armazenagem	126.736	97.784
Transporte	15.513	11.750
Locação de espaço	<u>20.047</u>	<u>16.886</u>
	162.296	126.420
Deduções da receita bruta		
ICMS	(1.191)	(969)
PIS	(2.664)	(2.147)
COFINS	(12.269)	(9.890)
ISS	(3.782)	(2.789)
Cancelamento de serviços	<u>(1.970)</u>	<u>(859)</u>
	(21.876)	(16.654)
Receita operacional líquida	<u><u>140.420</u></u>	<u><u>109.766</u></u>

## 18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas baseada na sua atividade. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gastos com pessoal	(50.734)	(41.604)
Transportes de terceiros	(26.416)	(21.260)
Depreciação e amortização	(10.389)	(8.432)
Aluguel	(15.340)	(4.034)
Energia elétrica	(8.404)	(8.754)
Serviços profissionais contratados	(8.175)	(9.466)
Viagens e estadias	(1.497)	(1.601)
Conservação e manutenção	(3.477)	(4.600)
Locação de equipamentos	(1.162)	(560)
Insumos da operação	(2.366)	(2.007)
Recuperação de impostos	3.231	-
Outros	<u>(732)</u>	<u>2.098</u>
	<u>(125.461)</u>	<u>(100.220)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(128.344)	(94.385)
Despesas comerciais	(2.657)	(1.636)
Despesas administrativas e gerais	(7.369)	(11.663)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>12.909</u>	<u>7.464</u>
	<u>(125.461)</u>	<u>(100.220)</u>

Custos e despesas não recorrentes

Custos e despesas não recorrentes são aqueles que, de acordo com as práticas contábeis da Sociedade, estão relacionadas a projetos de expansão e otimização da sua base de operações que visam a abertura de novos armazéns e atendimento de um maior volume de clientes, que possam demandar ajustes na infra-estrutura do armazém ou ajustes em processos de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não incorreu em custos e despesas não recorrentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos e despesas não recorrentes, reconhecidos na demonstração do resultado, estão apresentadas a seguir:

Salários e encargos sociais	(155)
Benefícios aos funcionários	(334)
Conservação e manutenção	(485)
Aluguéis e seguros	(313)
Viagens e representações	(261)
Insumos da operação	(205)
Serviços Profissionais e Contratados	(319)
Despesas de Comunicação e Informação	(70)
Despesas Gerais	<u>(359)</u>
	<u>(2.501)</u>

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras decorrentes de:		
Juros recebidos	2.742	1.502
Rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras	350	1.449
Outras receitas financeiras	<u>83</u>	<u>112</u>
	3.175	3.063
Despesas financeiras decorrentes de:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.342)	(7.239)
Juros e multas de mora sobre outros passivos	(3.941)	(1.330)
Descontos concedidos	(2.895)	(966)
Despesas bancárias	(3.931)	(2.170)
Despesas com debêntures apropriadas	(2.767)	(7.542)
Outras despesas financeiras	<u>(482)</u>	<u>(53)</u>
	(20.358)	(19.300)
Resultado financeiro	<u>(17.183)</u>	<u>(16.237)</u>

## 20. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o resultado básico e diluído por ação:

<u>Básico e diluído</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(4.233)	(5.900)
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	<u>22.324</u>	<u>17.780</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído - R\$	<u>(0,19)</u>	<u>(0,33)</u>

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, conseqüentemente, o prejuízo por ação diluído é equivalente ao prejuízo por ação básico, conforme apresentada na demonstração do resultado do exercício.

## 21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Sociedade é como segue:

	<u>2016</u>
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados	17.688
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.000
Dividendos com lucros intermediários	<u>4.769</u>
Total	<u>27.457</u>

## 22. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e os principais ativos financeiros da Sociedade referem-se a caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores e depósitos judiciais.

A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez e sua Administração supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

### (a) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Sociedade, englobam somente o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos.

### (b) Risco de taxas de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Sociedade monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela Administração em face dos riscos inerentes.

### (c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber.

### Contas a receber de clientes

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e às políticas estabelecidas pela Administração da Sociedade em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada periodicamente em base individual para os principais clientes.

### Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade, de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e no limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Sociedade ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o valor registrado na rubrica "Caixas e equivalentes de caixa", no balanço patrimonial.

#### (d) Risco de liquidez

Representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O risco de liquidez é gerenciado pela Sociedade, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## 23. COMPROMISSOS

A Sociedade possui contratos de locação de imóveis e os compromissos futuros relacionados a esses contratos são de R\$21.444 em 2017, R\$21.444 em 2018 e R\$115.332 de 2019 até 2025.

## 24. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para o embarque das mercadorias, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Os contratos de seguros existentes de 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Cobertura máxima (*)</u>	
Edifícios, máquinas e equipamentos,	Incêndio, raio, explosão, implosão fumaça e queda de aeronaves	189.500	
	Vendaval, tornado, granizo, impactos de veículos e queda de aeronaves	3.000	
	Roubo e furto mediante arrombamento	300	
	Responsabilidade Civil Operações	500	
	Danos elétricos	3.000	
	Móveis, utensílios e mercadorias	Equipamentos Móveis	3.271
		Deterioração de Mercadorias em Ambientes Frigorificados	3.000
		Equipamento eletrônicos (sem roubo) e despesas de com sinistros	645
		Equipamento estacionários	500
		Movimentação interna	3.000
Despesas fixas		15.000	
Aluguel e perda decorrente de incêndio / tumulto e movimentação interna		3.480	
<u>Frota de veículos</u>	<u>Casco</u>	<u>Valor de mercado</u>	
		100%	
	Roubo ou furto	Tabela Fipe	
	Danos materiais	500	
	Danos corporais	1.000	
	Danos Morais	100	
	Acidentes Pessoais por Passageiros - Invalidez	25	
	Acidentes pessoais por passageiros - Morte	25	
Responsabilidade civil e Ambiental	Reclamações de terceiros relativas, substancialmente, a: Danos pessoais e danos materiais que ocorrem fora do local	2.000	
	Despesas de limpeza (clean-up) fora do local		
	Transporte - danos pessoais, danos materiais ou custos		
Transporte de mercadorias	Colisão e/ou capotagem e/ou abalroamento e/ou tombamento do veículo transportador, incêndio ou explosão no veículo transportador, furto simples ou qualificado ou extorsão	500 (por embarque)	

(\*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.

## 25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2017.